

Tenente Suarez: uma veterana de guerra na política partidária da redemocratização brasileira (1945-1947)¹

Daniel Mata Roque ^a

Fernando Porto ^b

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir, analiticamente, a trajetória biográfica da enfermeira militar brasileira Maria da Conceição Suarez Greger por meio de sua atuação política nas eleições municipais de 1947 em Curitiba, capital do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil. Suarez serviu como tenente-enfermeira durante a Segunda Guerra Mundial integrando a Força Expedicionária Brasileira, em 1944 e 1945, no primeiro grupo de mulheres militares do país. De volta ao Brasil, se candidatou ao cargo de vereadora. Naquele ano ocorreram as primeiras eleições municipais no Brasil em mais de uma década, com o fim do governo autoritário de Getúlio Vargas, que promulgara o Código Eleitoral com a instituição do voto feminino em 1932. Com uma abordagem micro-histórica, analisamos os significados e as motivações que culminaram na participação de uma mulher militar e veterana de guerra na disputa partidária daquele momento de transição política e reinício democrático, em um cenário até então quase exclusivamente masculino.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Força Expedicionária Brasileira; Eleições de 1947; Micro-história.

INTRODUÇÃO

Em 1932 foi sancionado o novo Código Eleitoral Brasileiro,

que criou a Justiça Eleitoral para conduzir os processos de votação e consagrou o direito das mulheres de votar e ser votadas. No

a Cineasta e historiador, doutor em ciências. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

b Enfermeiro e historiador, doutor em Enfermagem. Professor Titular e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.



ano seguinte, o Estado de São Paulo elegeu a primeira deputada federal do país, a médica Carlota Queiróz, para a Assembleia Constituinte.²

Em 1944, com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi aberto o processo de voluntariado para incorporação de enfermeiras, que se tornaram as primeiras mulheres legalmente admitidas como militares nas Forças Armadas brasileiras.³

Neste período de revolução social e de novos padrões de comportamento, em que “a tomada do poder pelas saias parecia iminente”⁴, algumas biografias se destacam e despontam como representativas de grupos e ideias, ou até como raridades excêntricas. Este artigo tem como objetivo discutir, analiticamente, a trajetória biográfica⁵ da enfermeira militar Maria da Conceição Suarez Greger por meio de sua atuação política nas eleições municipais de 1947 em Curitiba,

capital do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil.

Para tanto, utilizamos o método histórico, na dimensão da História Social e no domínio da História das Mulheres⁶, e procedemos a uma abordagem micro-histórica⁷. Para construir a narrativa, partimos de fontes documentais e materiais jornalísticos localizados no Arquivo Histórico do Exército, na Biblioteca Nacional, no Museu do Expedicionário, no Arquivo Público do Paraná e na Biblioteca Nacional, tendo como critério de seleção da documentação a aderência à investigação no recorte temporal de 1945 a 1947. Utilizando a técnica de triangulação de dados⁸, as informações foram cruzadas, comparadas, validadas ou questionadas, como estratégia para dar credibilidade e confiabilidade aos resultados.

Os dados aqui apresentados refletem os resultados preliminares de uma pesquisa ainda em andamento, a ser aprofundada.



MULHERES EM GUERRA

Maria da Conceição Suarez nasceu em Curitiba, capital do Estado do Paraná, em 2 de fevereiro de 1909⁹, filha de Bartolomeu Adolfo Vidal Suarez e Conceição Gonçalves Suarez, naturais do Rio Grande do Sul. Aos vinte anos de idade, media um metro e sessenta e dois centímetros de altura, era branca, tinha cabelos e olhos castanhos.¹⁰

Formou-se professora normalista pelo Instituto de Educação do Estado do Paraná e passou a lecionar em classes primárias das escolas mantidas pela Secretaria de Educação, a partir de julho de 1932, com destaque para o Grupo Escolar Lisímaco Ferreira da Costa, em Curitiba.

Realizou o curso de Enfermeira Samaritana da Cruz Vermelha Brasileira, em Curitiba, em 1940. Tendo se apresentado voluntariamente para integrar a Força Expedicionária Brasileira (1944-1945) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Suarez foi matriculada no Curso

de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), realizado no Quartel-General da 5ª Região Militar, para adaptação de técnicas e práticas da cultura militar, onde se formou com média final de 9,66 e conceito “ótimo”.¹¹ Em seu formulário de voluntária do Exército, ela declarou ter seis meses de experiência em clínica hospitalar, ser fluente em português e espanhol e não saber dirigir.

Suarez seguiu para a Itália com o 14º Grupo de enfermeiras, partindo do Rio de Janeiro (Aeroporto Santos Dumont) em 19 de outubro de 1944. A viagem aérea teve várias escalas em território brasileiro, em especial em Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte e então sede de uma base aérea americana, apelidada de Trampolim da Vitória na ligação entre os continentes americano e africano. Suarez permaneceu em Natal por dez dias e seguiu com escalas na região do Norte da África, já controlada pelos Aliados. Chegou a



Nápoles em 3 de novembro do mesmo ano.¹²

Durante a guerra, serviu no setor de clínica cirúrgica de três hospitais norte-americanos: o 182º *Station Hospital*, o 300º *General Hospital* e o 45º *General Hospital*, este último durante a maior parte do tempo.

Maria Suarez deixou a Itália em 5 de junho de 1945, um mês após o fim da guerra, integrada ao 10º grupo de enfermeiras. Voltou a pisar em solo brasileiro em 18 de junho, quando desembarcou em Natal, tendo chegado ao Rio de Janeiro três dias depois. De volta ao Brasil, foi dispensada do serviço ativo em outubro de 1945, retornando à sua cidade natal. Foi agraciada com a Medalha de Campanha, a Medalha de Guerra e a Medalha da Cruz Vermelha Brasileira (grau ouro).

Ela recebeu alguns elogios, coletivos e individuais, em suas folhas de alteração, o histórico da vida profissional do militar. Destacamos um, assinado pelo tenente-coronel-Médico Augusto

Sette Ramalho, chefe da Seção Brasileira de Hospitalização (SBH) do 45º *General Hospital*:

[A Enfermeira Maria da Conceição Suarez] trabalhou desde o início numa enfermagem com grande responsabilidade e soube corresponder ao esforço que lhe era exigido. Demonstrou capacidade de trabalho, correção, boa vontade e manteve sempre uma atitude louvável. Agradeço-lhe tudo o que fez, com o que manteve a elevada opinião que sempre tive de si.¹³

No Brasil, Maria da Conceição Suarez casou-se em 29 de outubro de 1949 com o major Gert Greger¹⁴, natural de Väster-vik, Suécia, que durante a Segunda Guerra Mundial ingressou na Força Aérea do Reino Unido como mecânico. Inferimos que os dois se conheceram na Itália durante a guerra, mas não foi possível confirmar documentalmente. A certidão de casamento informa que o noivo era seis anos mais novo do que a noiva e que esta incorporou seu sobrenome,



passando a assinar Maria da Conceição Suarez Greger. Ambos declararam residir em Curitiba.¹⁵ O casal não teve filhos.

Após a guerra, Suarez retomou sua carreira de professora primária na Secretaria de Educação do Estado do Paraná, onde, como enfermeira, também atuou como educadora sanitária.¹⁶ Em maio de 1955, a enfermeira Suarez participou das comemorações dos dez anos do fim da guerra, promovidas pela Legião Paranaense do Expedicionário em Curitiba. Na ocasião, foi entrevistada para uma matéria no jornal *Diário do Paraná*, na qual relembra o contexto do Dia da Vitória, 8 de maio de 1945, quando estava de plantão e trabalhava no 45º *General Hospital*, na cidade de Livorno: “Foi um dos grandes dias da humanidade. Choramos e rimos, nós e o povo italiano. Gosto de lembrar disso.”¹⁷

Fig. 1 - 2º Tenente Maria da Conceição Suarez em 1945



Fonte: Valadares, 1976, p. 83.

ENFERMEIRA, MILITAR E POLÍTICA

O fim do Estado Novo (1937-1945) no Brasil foi um evento marcado tanto por um golpe de Estado comandado pelos militares de alta patente sem derramamento de sangue quanto pela eleição federal de dezembro de 1945, a primeira eleição direta para a Presidência da República desde 1930 e a primeira vez na história brasileira em que as mu-



lheres votaram para escolher o mais alto mandatário do país.¹⁸ Na mesma eleição foram escolhidos senadores e deputados federais, que formaram a Assembleia Constituinte e promulgaram a Constituição Federal de 1946.

No ano de 1947 ocorreram dois ciclos eleitorais: em 19 de janeiro foram eleitos¹⁹ senadores, deputados federais, governadores, vice-governadores, deputados estaduais e vereadores (estes apenas no então Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro); e, no final do mesmo ano, iniciaram-se as eleições municipais, também as primeiras no Brasil em mais de uma década.

Entre setembro de 1947 e março de 1948 ocorreram eleições municipais para prefeitos²⁰, vice-prefeitos e vereadores, com a maioria das eleições em todo o país ocorrendo no mês de novembro.²¹ As eleições de 1947 representaram o primeiro processo eleitoral municipal coordenado nacionalmente desde a criação da Justiça Eleitoral e da legislação do voto feminino no

Brasil²², ambas conquistas de 1932²³, embora ainda não em data sincronizada. O Brasil tinha então 1.677 municípios.²⁴

No Estado do Paraná, então com 79 municípios, as eleições municipais ocorreram sincronicamente em 16 de novembro de 1947, com 267.977 eleitores registrados e o comparecimento de 181.416.²⁵ A cidade de Curitiba contava então com pouco mais de quarenta e cinco mil eleitores, em uma população de cerca de cento e cinquenta mil habitantes.²⁶

Nesse contexto, a enfermeira militar Maria da Conceição Suarez candidatou-se a uma vaga como vereadora na Câmara Municipal de Curitiba, em uma campanha marcada por cinco candidaturas femininas para aquele legislativo municipal: Juvellaine Ferreira Paredes (pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB), Maria da Conceição Suarez (pelo Partido Social Trabalhista – PST), Maria Olympia Carneiro (pelo Partido Social Trabalhista – PST), Olga da Silva Balster (pelo Parti-



do Trabalhista Brasileiro – PTB) e Porcia Guimarães Alves (pela União Democrática Nacional – UDN).²⁷

Suarez foi candidata pelo Partido Social Trabalhista (PST), pequeno partido fundado naquele mesmo ano e aliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado pelo ex-presidente e ex-ditador Getúlio Vargas em 1945, no fim de seu regime autoritário, apresentando um posicionamento de centro-esquerda.

A historiadora Angela de Castro Gomes sustenta que o trabalhismo brasileiro, inspirado no modelo trabalhista britânico, é uma ideologia específica e complexa, criada na Era Vargas (1930-1945) sob a liderança do próprio presidente/ditador e de seu principal ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. É essa ideologia, com seus partidos derivados no final do Estado Novo (1937-1945), que permitirá a participação da classe trabalhadora, e dos trabalhadores urbanos em particular, de forma cole-

tiva e organizada, como atores relevantes no cenário político-eleitoral, estendendo sindicatos e outras representações classistas.²⁸

Participaram da mesma eleição de 1947, em Curitiba, outros veteranos da Força Expedicionária Brasileira, notadamente Agostinho José Rodrigues²⁹ e Felipe Aristides Simão³⁰, que mais tarde teriam uma longa carreira política no estado do Paraná, embora nenhum deles tenha sido eleito nesta ocasião. Maria Suarez parece ter sido a única enfermeira veterana da FEB a tentar entrar para a política em algum momento.

Como candidata, Suarez se apresentou como professora e enfermeira militar, exibindo seu uniforme, suas medalhas e seu histórico profissional como indícios de coragem e capacidade de trabalho. A guerra foi, neste caso, também um processo em busca de voz, autonomia e capacidade de autorrepresentação.

Segundo Michelle Perrot, de todas as fronteiras impostas ao



longo do tempo para impedir que as mulheres atuassem na sociedade, a mais difícil de ser superada foi a da área política, como eleitoras e candidatas. Como a política representa o centro das decisões sobre a comunidade, ela foi “naturalmente” destinada à ação masculina.³¹ A guerra, outra atividade tradicionalmente masculina, foi uma das brechas que permitiu minar esse sistema excludente.

Perrot diz que as guerras podem reforçar as diferenças entre os sexos e, ao mesmo tempo, permitir um intercâmbio de papéis ou uma nova ocupação de espaços: nas duas guerras mundiais, os homens que partem para a frente de batalha deixam para trás profissões e locais públicos que monopolizavam, e que agora serão necessariamente exercidos e ocupados pelas mulheres da retaguarda, mesmo em atividades bélicas complementares, como fábricas de munições ou hospitais de sangue.

Segundo a historiadora, já que também promove uma rup-

tura de hábitos arraigados, “a sexualidade de guerra é problemática”³². E podemos conjecturar: quanto aumenta tal disputa quando as mulheres se encaminham para cada vez mais perto da linha de frente, ingressando efetivamente nas forças militares, ainda que permanecendo quase sempre em funções de retaguarda militar, como na Segunda Guerra Mundial? E quando, de volta da guerra, não querem retomar papéis secundários, mas efetivamente decidir sobre a coletividade?

Foi nesta condição de veterana de guerra, de mulher com autonomia profissional e social, que a enfermeira Maria da Conceição Suarez apresentou-se nas eleições de 1947.

Suarez teve apenas vinte e dois votos³³ e não foi eleita³⁴, mas Curitiba teve sua primeira vereadora nesta ocasião: Maria Olympia Carneiro³⁵, professora primária e militante comunista. Ela recebeu 436 votos e, aos 21 anos, tornou-se a primeira mu-



lher a exercer um mandato na Câmara Municipal de Curitiba.³⁶

Maria Olympia foi candidata pelo Partido Social Trabalhista (PST), mesmo partido de Suarez, uma vez que o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), ao qual havia sido filiada, foi cassado em maio do mesmo ano. Na eleição de janeiro de 1947 sua futura cunhada³⁷, Arcelina Mochel, fora eleita vereadora no Distrito Federal (hoje cidade do Rio de Janeiro) pelo próprio PCB, tendo outra comunista, Odila Michel Schmidt, como companheira de bancada.³⁸ Com a proibição do PCB, ambas tiveram os mandatos cassados em janeiro de 1948. Maria Olímpia, eleita pelo PST, conseguiu se manter no cargo até 1951, quando encerrou-se aquela legislatura, tendo inclusive exercido a função de 2ª secretária da mesa diretora³⁹.

Apesar de não ter conseguido se eleger e de não ter disputado outras eleições na vida, a então Tenente Suarez inscreveu seu nome na história política brasileira ao participar de um impor-

tante processo eleitoral no lento movimento de redemocratização que o Brasil vivia no final da década de 1940, com o pioneirismo das mulheres como candidatas e eleitoras, contribuindo para sua emancipação política e social.

Sua atuação durante a guerra e depois dela, também, foi decisiva para que a carreira militar se tornasse uma possibilidade para as mulheres, pois retornou ao serviço ativo em 1957, como muitas companheiras veteranas.

A enfermeira militar ainda se dedicou à memória da guerra e ao auxílio aos companheiros ex-combatentes com dificuldades financeiras e de saúde, fazendo parte da diretoria da Legião Expedicionária Paranaense (LPE), associação dedicada à história e à ajuda mútua entre os veteranos.⁴⁰ No ano seguinte à sua morte, quando da sessão solene em comemoração ao aniversário da Tomada de Monte Castello na sede da LPE, foi prestada uma homenagem à sua memória, destacando-se sua atuação como



enfermeira voluntária na guerra.⁴¹

RETORNO AO SERVIÇO ATIVO E APOSENTADORIA COM SEQUELAS

Em 1957, por meio da Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957, que permitiu o retorno de enfermeiras veteranas da Força Expedicionária Brasileira ao serviço ativo do Exército em tempos de paz, a Tenente Suarez solicitou sua reconvocação. Foi efetivamente reintegrada em 16 de setembro, no posto de 2ª tenente, e em 25 de outubro foi nomeada encarregada do serviço de Higiene Alimentar do Hospital Geral de Curitiba, onde passou a trabalhar. Suarez atuou em diversas funções no hospital e como adida do Serviço de Saúde da 5ª Região Militar, inclusive viajando ao Rio de Janeiro para acompanhar pacientes gravemente enfermos removidos para tratamento no Hospital Central do Exército (HCE).⁴²

Em julho de 1962 foi submetida à inspeção de saúde e foi considerada “apta para o serviço militar”, sendo promovida ao posto de 1º tenente em 13 de setembro do mesmo ano, por proposta de seu chefe, ao completar cinco anos de serviço militar em tempo regulamentar.⁴³

A experiência extrema da guerra cobrou seu preço e deixou marcas, físicas e psicológicas, geradas ou agravadas, em diferentes níveis e durações, em todos os veteranos que vivenciaram seus horrores, sofrimentos e sacrifícios. Em julho de 1963, a Tenente Suarez foi, na terminologia militar para os pacientes, baixada ao Hospital Geral de Curitiba. Devido à aparente gravidade do caso, foi transferida para o Hospital Central do Exército, onde permaneceu internada por meses. Avaliada pela Diretoria de Saúde em 20 de novembro do mesmo ano, recebeu o parecer categórico: “Inválida. Total e permanentemente incapaz para qualquer trabalho”.⁴⁴ Tinha 54 anos de idade e 34 anos de servi-



ço público, civil e militar, na docência e na assistência.

Por decreto presidencial de 8 de junho de 1964, Maria da Conceição Suarez Greger foi transferida para a reserva e promovida ao posto de capitão, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1948, que dispôs sobre o direito de promoção um posto acima a todo veterano da Força Expedicionária Brasileira quando se aposentasse. No mesmo ato administrativo, foi promovida mais uma vez, ao posto de major, e reformada pela invalidez.

Essa segunda promoção decorreu da acumulação com a Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que dispôs em seu artigo 33 que o militar julgado definitivamente incapaz para qualquer trabalho em razão de problemas de saúde, independentemente de estes terem relação de causa e efeito com seu serviço, teria direito à promoção quando reformado, isso é, aposentado definitivamente.⁴⁵

O caso de Suarez estava coberto pela letra “d” do artigo 30 da mesma lei, que lista possíveis doenças como “tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, câncer ou cardiopatia grave”. Sua ficha de avaliação, assinada por três médicos, fala em “paralisia considerável” e enumera, no campo do diagnóstico, os códigos de doença 420.0, 434.2, 420.1 e 454, que não pudemos ainda esclarecer e elucidar mediante a documentação da época.⁴⁶

A major Maria da Conceição Suarez Greger morreu em 14 de novembro de 1970, aos 61 anos de idade, na cidade de Curitiba. Seu legado, no entanto, continua vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprimos o objetivo de discutir, analiticamente, a trajetória biográfica da enfermeira militar Maria da Conceição Suarez Greger por meio de sua atuação política nas eleições municipais de 1947 em Curitiba, capital



do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil.

Procuramos destacar sua breve - mas marcante - trajetória política não apenas pelo pioneirismo da situação, mas como evidência de que o voluntariado para a guerra atraiu mulheres com perfis e histórias muito diferentes, com variados objetivos e motivações misturados ao patriotismo, e um deles era conquistar direitos e independência naquele mundo público ainda quase exclusivamente masculino. Ao lutar em uma guerra e disputar uma eleição, Maria da Conceição Suarez Greger ajudou a construir o Brasil e o mundo que conhecemos hoje.

Este artigo se insere em um contexto mais amplo de pesquisas em andamento sobre enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira, seu perfil biográfico e suas trajetórias no pós-guerra. Acreditamos ter contribuído para lançar luz sobre uma dessas personagens, evidenciando possibilidades de pesquisa e caminhos a serem seguidos para estudos

interdisciplinares sobre a Segunda Guerra Mundial e seus efeitos no Brasil.

Apontamos como lacunas neste texto o acesso limitado às fontes e a impossibilidade de pesquisar o acervo pessoal de María Suarez, atualmente sob a custódia de seus sobrinhos. Novas pesquisas e novos documentos nos permitiriam aprofundar a campanha política que ela empreendeu e fornecer maiores detalhes sobre sua vida familiar e profissional no pós-guerra.

FONTES

Arquivo do Museu do Expedicionário. Livros de atas.

Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Major Maria da Conceição Suarez Greger.

Arquivo Público do Paraná. Fundo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Cronologia das eleições. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes>



/historia/ cronologia-das-eleicoes. Acesso em 26 mai 2024.

MARTINS, João Cândido. Maria Olympia Carneiro Mochel, a primeira vereadora de Curitiba. Disponível em <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/noticias-da-galeria-de-vereadoras-1/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-primeira-vereadora-de-curitiba>. Acesso em 26 mai 2024.

Portal Swedish Voluntary Aviators. Disponível em http://surfcity.kund.dalnet.se/swe-dish_aviators/sweden_greger.htm. Acesso em 23 out 2024.

“Comemoram os expedicionários paranaenses o Dia da Vitória”, *Diário do Paraná*, 8 mai 1955, p. 21.

“Expedicionários lembraram a Tomada de Monte Castelo”, *Diário do Paraná*, 20 fev 1971, p. 4.

“Falecimentos”, *Tribuna Popular* (RJ), 05 out 1946, p. 2.

O Jornal, 6 mai 1964, p. 7.

“Para devolver o Maranhão às suas tradições”, *O Combate*, 2 out 1958, p. 3.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2001.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. in PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. in AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro: Departa-



mento de Imprensa Nacional, 1950.

CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

COSTA, Helton; PIMENTEL, Carlos Henrique. *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil (1945-1995)*. Curitiba: Matilda Produções, 2022.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil (1500-2000)*. São Paulo: Planeta, 2020.

FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

PEREIRA, Luciane de Fátima. *Legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba: período 1947-2021*. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Almanaque de dados eleitorais: Primeira República (1889-1930)*. Brasília: TSE, 2023.

ROQUE, Daniel Mata. *A Veterana*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

VALADARES, Altamira. *Álbum biográfico das febianas*. Batatais: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

VISCO, Nina Teruz. *Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950*. Monografia (Graduação em História). PUC-RIO, 2022.



NOTAS

¹ Versão em inglês deste artigo foi apresentada no 49º Congresso da Comissão Internacional de História Militar, em Lisboa (Portugal), em setembro/2024.

² RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto Zulini. *Almanaque de dados eleitorais: Primeira República (1889-1930)*. Brasília: TSE, 2023.

³ ROQUE, Daniel Mata. *A Veterana*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

⁴ DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil (1500-2000)*. São Paulo: Planeta, 2020. p. 157.

⁵ BOURDIEU, Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica. in AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2021.

⁶ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

⁷ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

⁸ ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Método*

nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2001.

⁹ Assim consta em Valadares, 1976, p. 83, e em sua certidão de nascimento, registrada somente em 1927, por ela própria. Sua certidão de casamento, no entanto, informa o mesmo dia no ano de 1911. Os dois documentos estão depositados no Arquivo Histórico do Exército, Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

¹⁰ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

¹¹ CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

¹² VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum biográfico das febianas*. Batatais: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

¹³ Ibid.

¹⁴ Informações preliminares indicam que ele serviu na frente da Finlândia em 1940 como piloto (cf. Portal Swedish Voluntary Aviators, disponível em http://surfcity.kund.dalnet.se/swedish_aviators/sweden_greger.htm, acesso em 23 out 2024) e que foi admitido em 1963 como professor de cursos isolados do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, na Escola Técnica de Curitiba, na área de mecânica (cf. Decreto nº 65.163, de 15 de setembro



de 1969). Apesar dos indícios, em ambos os casos não pudemos confirmar a identidade do pesquisado ou se trata-se de homônimo(s).

¹⁵ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ “Comemoram os expedicionários paranaenses o Dia da Vitória”, *Diário do Paraná*, 8 mai 1955, p. 21.

¹⁸ RICCI; ZULINI, op.cit.

¹⁹ Cronologia das eleições. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/cronologia-das-eleicoes>. Acesso em 26 mai 2024.

²⁰ Pelo artigo 28 da Constituição Federal de 1946, os prefeitos das capitais estaduais e dos territórios, das estâncias hidrominerais e dos municípios de interesse para a Segurança Nacional não seriam eleitos, mas nomeados pelos respectivos governadores.

²¹ Em 1947, apenas os cargos de presidente e vice-presidente da República, então ocupados por Eurico Dutra e Nereu Ramos, respectivamente, empossados no ano anterior, não seriam renovados.

²² Em 1927 uma lei estadual do Rio Grande do Norte (Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927) permitiu o alistamento eleitoral feminino pela primeira vez no Brasil. Algumas mu-

heres se alistaram no mesmo ano e votaram em abril de 1928, em uma eleição suplementar para senador, mas os votos acabaram anulados. No mesmo ano, nas eleições municipais de setembro, por outro lado, algumas mulheres chegaram a ser eleitas vereadoras e Alzira Soriano se tornou a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, governando o município de Lajes-RN até dezembro de 1930. O direito feminino ao voto só extrapolaria os limites estaduais, no entanto, a partir do Código Eleitoral de 1932, sendo logo tornado sem efeito prático pela ausência geral de eleições. cf MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

²³ RICCI; ZULINI, op.cit.

²⁴ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral do Brasil. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

²⁵ Ibid., p. 138.

²⁶ Ibid., p. 200.

²⁷ Arquivo Público do Paraná. Fundo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Eleições de 1947.

²⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.



²⁹ Deputado Estadual do Paraná (1954-1964), Governador interino do Estado do Paraná (1963), Deputado Federal (1966-1979), Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná (1968-1969).

³⁰ Vereador de Curitiba (1951-1963), Prefeito interino de Curitiba, capital do Estado do Paraná (1957-1958).

³¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 151.

³² *Ibid.*, p. 144.

³³ Arquivo Público do Paraná. Fundo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Eleições de 1947.

³⁴ A votação das cinco mulheres foi a seguinte, em ordem decrescente: Maria Olympia Carneiro (436 votos, a única eleita), Porcia Guimarães Alves (73 votos), Olga da Silva Balster (52 votos), Juvellaine Ferreira Paredes (41 votos) e Maria da Conceição Suarez (22 votos).

³⁵ Após a eleição, devido ao casamento com Joaquim Rodrigues Mochel em 1948, passou a assinar Maria Olympia Carneiro Mochel. Joaquim Mochel, engenheiro agrônomo maranhense e destacado militante comunista em Curitiba, foi candidato a Deputado Estadual do Paraná pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) em 1950, mas não foi eleito. Oito anos depois conseguiu eleger-se Deputado Estadual

do Maranhão pelo Partido Social Progressista (PSP), exercendo o mandato de 1959 a 1963. Na legislatura seguinte ficou como suplente, sendo cassado em maio de 1964. Faleceu em 2007. Maria Olympia faleceu em 25/01/2008. cf O JORNAL, 06 mai 1964, p. 07.

³⁶ MARTINS, João Cândido. Maria Olympia Carneiro Mochel, a primeira vereadora de Curitiba. Disponível em <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/noticias-da-galeria-de-vereadoras-1/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-primeira-vereadora-de-curitiba>. Acesso em 26 mai 2024.

³⁷ Outro futuro cunhado de Maria Olympia, Giordano Rodrigues Mochel, era militar de carreira e, como capitão, comandou a Companhia de Comando do III Batalhão do 1º Regimento de Infantaria na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Foi evacuado de volta para o Brasil, possivelmente ferido em combate. Giordano Mochel foi comandante da Polícia Militar do Maranhão em 1951 e eleger-se Deputado Estadual do Maranhão pelo Partido Social Progressista (PSP) para a legislatura de 1955-1959. Em 1958 candidatou-se a Deputado Federal, não sendo eleito. Foi transferido para a reserva, no posto de tenente-coronel, em 11 de abril de 1964. Faleceu em São Luís-



MA em 16/01/2000. cf FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015; COSTA, Helton e PIMENTEL, Carlos Henrique. *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil (1945-1995)*. Curitiba: Matilda Produções, 2022; “Falecimentos”, *Tribuna Popular* (RJ), 05 out 1946, p. 2; “Para devolver o Maranhão às suas tradições”, *O Combate*, 2 out 1958, p. 3.

³⁸ VISCO, Nina Teruz. *Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950*. Monografia (Graduação em História). PUC-RIO, 2022.

³⁹ PEREIRA, Luciane de Fátima. *Legislativas da Câmara Municipal de Curitiba: período 1947-2021*. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021. p. 89.

⁴⁰ Museu do Expedicionário. Livros de atas das décadas de 1940 a 1970.

⁴¹ “Expedicionários lembraram a Tomada de Monte Castelo”, *Diário do Paraná*, 20 fev 1971, p. 4.

⁴² Arquivo Histórico do Exército. Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.